





medico ou não tinha vaga e daí o pronto socorro também não pode atender, fazia questão de ficar na porta e perguntar se os paciente s conseguiram atendimento outra coisa no horário que cheguei lá também não tinha médico e é pra ter medico o dia inteiro o médico vai chegar depois das quatro no quadro de aviso tinha o nome de dois clínicos e um pediatra e só tinha um clínico, aí existe a questão dos pediatras claro que existe, porém o que me irrita é que a gente assina um contrato com o CAS abre uma brecha para a terceirização o próprio tapa na nossa goela, a instituição que assinou o contrato não foi obrigado assinar o contrato com o Município mais assinou o contrato não sabia das dificuldades com os médicos nos contratos esta bem claro que os fiscais tem que fiscalizar tem que fiscalizar estes contratos e até o momento não é a primeira reclamação temos várias dessas reclamações do momento que assinaram o contrato com a gente são obrigado a cumprir, se lês cumprirmos o contrato já adianta o nosso lado para melhorar a saúde a saúde. O conselheiro Marcos Levandoski fala que o CAS central não tem pediatra e uma coisa senhor secretário Dr. Edson Alves, chegou uma pessoa com ambulância lá em vez de encaminharem para o (paciente com o diabetes alto) pronto socorro encaminharam para o CAS. A conselheira Eliane de Freitas fala que é uma sugestão que alem do telefone da ouvidoria que tenha nos CAS o nome e o telefone dos fiscais do contrato se ele aceitou a incumbência de ser o fiscal do contrato ele assumiu a responsabilidade independente de ser de noite ou final de semana porque assim como muitas vezes a gente deixou de eu principalmente deixei a minha filha de lado por causa da secretaria municipal de saúde; que também agora cada um assumiu a sua responsabilidade então que tenha embaixo do telefone da ouvidoria tenha o nome do fiscal do contrato e o telefone para contato. Fala também que quando tem um convite para tal coisa as pessoas que vão a gente não vêem o resultado dessa participação; e a mesma coisa dos encontros dos cursos que tenha um espaço para os conselheiros dizerem eu fui representando o conselho porque ele não foi representando a pessoa e nem foi fazer bonito ele foi representando o CMS, eu posso trazer tal coisa de novidade ou sugerir tal coisa. A conselheira Juliana de Jesus Maciel fala que o era uma vinte pras nove horas a fila já estava chegando no final do CAS de Oficinas de tantas pessoas que tinham lá, as pessoas que estavam na fila eram pessoas que migravam das unidades de saúde que não conseguiam agendamento de consultas, tinha um senhor que era o primeiro da fila e chegou lá as seis horas da manhã eu falei se o senhor chegou as seis horas o senhor poderia ter chegado seis hora na sua unidade, onde é a sua unidade é na cipa poderia ter marcado a consulta lá e ele explicou que o problema da filha dele a menina mora em uma casa daquela Marilac então é pouco tempo contando que ela mora lá esse é atendimento do PSF se o problema Saúde da Família é pra conhecer sua área descrita ela poderia muito bem agendar horário a consulta para a menina porque ela lá só renovar a receita para alguns medicamentos de saúde mental mais sei horas ele estava lá a onde esta a falha é da falta de estrutura da atenção básica que não soube informar ou ter um atendimento lá ou da agente comunitária e outras pessoas idoso na fila esta começando a sair o sol forte e quando o Sergio Doszanel foi solicitar para eles os funcionários abriram a porta ele falou que estava no contrato que eles abririam as nove horas e eles vão entrar somente as nove horas e o senhor esta ciente deste contrato e não deu mais esclarecimentos. Fala que os médicos não estão querendo nem dar atestado para as pessoas que estão lá desde asséis horas da manhã diz que tem que ser revisito este contrato ou estrutura a atenção básica para desinfiar o CAS que seria só para as emergências; e pelo clamor dos conselheiros Antonio Fogaça e Maura Caetano, nós movidos não pela razão mais pela emoção e votamos nós CAS eu errei como conselheira em votar no CAS porque eu fui movida pela emoção dos conselheiros chorando aqui por falta de atendimento porque ele estava chorando aqui porque a sua unidade de saúde estava sendo reformada se fechasse o CAS pra onde ele iria a Dona Maura no posto da Santa Paula não conseguia consulta o remédio de hipertensão e diabetes, nós como conselheiros fomos movidos pela emoção e votamos cem por cento contra uma lei descentralização do atendimento da Atenção Básica porque no PABI fixo para pagar para eles cinquenta por cento do PABI fixo a onde esta faltando investimento e aquelas pessoas pra onde elas iriam. O senhor Sergio Roth fala que a filha dele tinha desmaiado estava passando mal e viram que era necessário transportar ele para o pronto socorro, demorei trinta e oito minutos para chegar no pronto socorro e encontrei a minha filha sentada em uma cadeira de rodas caída com as mãos super gelada perguntei para a enfermeira se não tem um lugar para levar a minha filha porque já faz mais de meia hora que ela esta aqui, ela respondeu que tem que esperar vaga; falei meu Deus do céu que situação precária tentei chamar outras pessoas ninguém me deu ouvido; falei olha a partir desse momento eu assumo a responsabilidade tirei a minha filha dali e levei para Carimbei na viagem ela desmaiou mais uma vez dentro do carro me apovorei tive que encostar o carro e reanimar ela, cheguei em Carimbei e graças aedeus fui muito bem atendido. O presidente Sergio Ferreira Doszanel perguntou quanto tempo durou para o senhor ser atendido. O senhor Sergio Roth fala que chegou lá já verificaram a pressão e daí uns cinco minutos já entrou no consultório e o médico já examinou para saber o que ela tinha. O conselheiro Dr. Marcelo Maravieski fala porque nos CAS os médicos não podem dar atestados, que absurdo é esse, diz que médicos tem essa prerrogativa não somos proibidos de dar atestado e essa parte continua falaram pra nós que no inicio não podia porque eu lá na unidade do Santa Lucia no final de semana as pessoas acabam indo nos CAS as crianças com febre aí a criança precisa ficar em casa e os médicos não dão atestado isso acontece todo o final de semana então peço encarecidamente ao senhor Dr. Edson Alves que mande uma circular para os CAS porque se o colega profissional médico viu que a pessoa não tem condições de ir para uma aula ou trabalhar ele tem obrigação de dar atestado aí a pessoa vai lá na unidade de saúde pagar a vaga de uma pessoa que esta precisando só para pagar atestado outra coisa que me preocupa bastante que é o projeto que esta na câmara e todo mundo tem que saber (é vulgarizar o profissional médico do SUS em Ponta Grossa) de que maneira você enquanto profissional se passar e aprovar na câmara o projeto vem lá do prefeito do executivo todos os médicos serão clínicos não interessa se ele é geriatra, pediatra, cardiologista se ele tem dez anos de mestrado só que se a prefeitura precisar de um medico lá no bairro do Cara Cara eles vão mandar aquele medico, se o ginecologista faz parte a vinte anos mais precisa de um pediatra vai pra lá isso é um absurdo diz que nunca viu um negocio desses eu já vi tanta coisa absurda mais essa pra mim o CMS tem que pedir lá para câmara uma cópia do projeto para discutir aqui do que o executivo quer fazer com os médicos em Ponta Grossa. Porque ninguém quer trabalhar, pelas condições de trabalho porque é uma questão desumana com os profissionais médicos não em função do secretário atual mais dos anteriores, porque você estuda dez anos para fazer especialização e fazer mestrado para ter que ir lá e tão precisando sei lá do que; isso não existe. O presidente fala que vai ser solicitado o projeto para a câmara e vai ser trazido para a plenária para os conselheiros analisarem. O presidente fala que na 1ª Conferência Municipal sobre Transparência e Controle Social, tivemos representantes do CMS e algumas entidades. Fala também das cinco vagas para os conselheiros no curso APSUS – Oficina de Planificação da Atenção Primária em Saúde promovida pela Secretaria da Saúde/SESA PR em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde de Ponta Grossa. O secretário Municipal de Saúde Dr. Edson Alves fala que desde o momento que nós nos assumimos pedimos que fosse revisito os contratos como os contratos dos CAS vão ser revisitos, nós estamos percebendo que esta havendo quebra de contrato esta sendo descontadas as horas do medico mais isto não aparece isso não significa muito porque o que acaba sendo prejudicado é a população e ainda hoje em uma entrevista hoje de manhã eu disse o seguinte, nós criamos uma comissão agora provavelmente sairá amanhã publicada ou mais tardar terça feira uma comissão formada pelo conselho que vocês vão ter que sugerir pela entidade contratante e pela Secretaria Municipal de Saúde este Conselho ou este Comitê vai ter a responsabilidade de analisar os contratados porque nós com a experiência que já temos nós sabemos quem é o profissional que cuida da área, que faz o seu trabalho de acordo e aquele que infelizmente não cumpre o estabelecido no contrato e justo e justamente alguns profissionais efetivos estão fazendo parte da contratação dessa nova comissão dessas na entidade: o que vai fazer esta comissão; vai ter a prerrogativa de chegar e pedir quero saber quem é o médico fulano de tal cadê o currículo não este não serve, não é uma pessoa que vai dizer é uma comissão; porque eu sei que existe uma comissão de classe existe uma série de coisas e até de impedir digamos que o secretário que uma pessoa particular não queira que aquele profissional participe mais a partir do momento que a comissão ficar responsável com a participação do CMS dentro exata comissão vai dizer não quero este profissional trabalhando aqui e daí a expectativa que a gente tem é que as coisas comecem a moralizar, porque bons profissionais hoje não querem fazer parte do Hospital Municipal sabem que existe uma maneira de anti portátil de chegar atrasado de não se cumprir com o compromisso, de tratar mal as pessoas, no momento que se estabelecer este contrato e tirar meia dúzia sai um entra outro não importa é preferível, às vezes não se ter o profissional, pessoas que não são comprometidas prejudicando a imagem e a saúde das pessoas. Na questão SAMU/SIATE vocês vejam que até hoje o nosso Hospital foi a única porta de entrada para o SAMU/SIATE, todas as urgências e emergências chegam a nossa porta e com todas as dificuldades que o hospital tem jamais aconteceu de se negar o atendimento precário mais se atende. O Dr. Edson Alves diz que esteve na reunião SIBE Estadual esta semana e ficou definido que a referencia para SAMU/SIATE a partir da regionalização do SAMU pelos hospitais Santa Casa, Bom Jesus e Hospital Regional, o nosso Hospital (Hospital Municipal Amadeu Puppi) não vai mais ser referencia não vai mais ser porta de entrada para urgência e emergência esses três hospitais vão receber três milhões de reais para poder tocar emergência e urgência. O presidente Sergio Ferreira Doszanel fala que é um evento que acontece anualmente e aquele que pudesse levar esta informação e passar para a população a importância deste trabalho, 3ª Corrida e Caminhada do ISPON contra o câncer será realizada em vinte de novembro de 2011, largada e chegada em frente a ISPON. O presidente fala que todo este trabalho que esta sendo feito essas discussões, se nós ficarmos só na discussão e não atuar nós não vamos pra frente, nós vamos a intenção da secretaria, vamos a intenção dos conselheiros que querem a melhoria mais tem horas que temos que ter conselheiros que vão nos ajudar na hora que nos convocar para participar de uma Conferência, reunião ou ir conosco em uma visita. Não temos obrigação de correr atrás de conselheiros já esta na secretaria (se refere ao quadro) que o aviso vai estar no mural, porque se o conselheiro não participa dentro do conselho; como ele vai saber o que esta acontecendo, vou cobrar do senhor (se refere ao Dr. Edson Alves) novamente quando vai ficar pronto a nova sede do Conselho Municipal de Saúde. O presidente encerra a reunião às 20h40min.

# CÂMARA MUNICIPAL

## MESA EXECUTIVA ATO Nº 049/2011

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

Considerando, o disposto no art. 15, da Lei Municipal nº 10.454/2010;  
Considerando, ainda, o disposto no art. 27, III, da Lei Orgânica do Município;  
Considerando, ainda, o disposto no art. 39, III, do Regimento Interno;  
Considerando, finalmente, o art. 43 § 1º, III da Lei 4.320/64

### RESOLVE

**Art. 1º** - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, aprovado pela Lei Municipal nº 10.454/2010, um Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), assim discriminado:

01	Poder Legislativo	
0104	Departamento de Processos Legislativos	
0103100012004	Manutenção das Atividades do Departamento de Processos Legislativos	
319011000000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 400.000,00

01	Poder Legislativo	
0105	Departamento Administrativo	
0103100012005	Manutenção das Atividades do Departamento Administrativo	
319001000000	Aposentadoria, Reserva Remunerada e Reformas	R\$ 16.000,00

01	Poder Legislativo	
0106	Departamento Financeiro	
0103100012006	Manutenção das Atividades do Departamento Financeiro	
319011000000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	R\$ 4.000,00

**Art. 2º** - Para dar cobertura ao crédito na forma do artigo anterior, será cancelada em igual importância a seguinte dotação do orçamento vigente, de conformidade com o disposto no art. 43 § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

01	Poder Legislativo	
0101	Gabinete da Presidência	
0103100011001	Construção, Ampliação e Reforma do Prédio do Poder Legislativo	
449051000000	Obras e Instalações	R\$ 420.000,00
	Saldo da Dotação	R\$ 2.005.300,00

**Art. 3º** - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Ponta Grossa, em 23 de novembro de 2.011.

Vereador MAURÍCIO SILVA  
Presidente

Vereador JULIO KULLER  
Vice-Presidente

Vereador WALTER JOSÉ DE SOUZA  
Primeiro-Secretário

Vereadora ALINA DE ALMEIDA CESAR  
Segunda-Secretária

Vereador SEBASTIÃO MAINARDES JUNIOR  
Terceiro-Secretário

## MESA EXECUTIVA ATO Nº 050/2011

A MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA GROSSA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

### RESOLVE

Fica concedida férias coletivas aos servidores da Câmara Municipal, ressalvados os Agentes Institucional de Segurança, para o período de 02 a 31 de janeiro de 2011.

Ponta Grossa, em 24 de novembro de 2011.

Vereador MAURÍCIO SILVA  
Presidente

Vereador JULIO KULLER  
Vice-Presidente

Vereador WALTER JOSÉ DE SOUZA  
Primeiro-Secretário

Vereadora ALINA DE ALMEIDA CESAR  
Segunda-Secretária

Vereador SEBASTIÃO MAINARDES JUNIOR  
Terceiro-Secretário

# ATOS DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

## AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 038/2010

CONTRATANTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE

CONTRATADA: A3 TERRAPLANAGEM E ENGENHARIA LTDA.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em prorrogar a vigência do contrato, conforme cláusula quinta do instrumento originário, em 120 dias, com início em 21/10/11.

EDIMIR JOSÉ DE PAULA  
Presidente da Autarquia Municipal de Transito e Transporte

## AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2011

PERMITENTE: AUTARQUIA MUNICIPAL DE TRANSITO E TRANSPORTE

PERMISSIONÁRIA: TECNOLOGIA BANCÁRIA S.A - TECBAN.

OBJETO: Permissão de uso para instalação de caixa eletrônico no Terminal Rodoviário.

VIGENCIA: 12 meses

EDIMIR JOSÉ DE PAULA  
Presidente da Autarquia Municipal de Transito e Transporte

